ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 6 DE AGOSTO DE 2019.

Aos seis dias do mês de agosto de dois mil e dezenove, às dez horas e trinta e quatro minutos, no Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal, o Presidente da Comissão, Deputado Reginaldo Sardinha, abriu a Audiência Pública da Comissão de Constituição e Justiça para a sabatina do Presidente e vice-Presidente da Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal com a presença dos deputados membros da Comissão de Constituição e Justiça e dos deputados Leandro Grass, Fábio Félix e Júlia Lucy. Os senhores Walid de Melo Pires Sariediene e João Vicente Feijão Neto, Presidente e vice-Presidente da Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal, são convidados para compor a Mesa da Audiência Pública. Foram registradas as presenças da Sra. Presidente da Junta Comercial do Estado do Pará, Cilene Moreira Sabino de Oliveira Bittencourt; do Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado de São Paulo, Walter Ihoshi; do Sr. Presidente da Junta Comercial de Santa Catarina, Juliano Batalha Chiodelli; do Sr. Presidente da Junta Comercial do Amapá, Gilberto Laurindo; do Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Amazonas, Enio Luiz Ferrarini; da Sra. Vice-Presidente da Junta Comercial do Estado da Bahia, Paula de Assis Miranda Ribeiro; do Sr. Presidente da Junta Comercial do Acre, Carlos Afonso Cipriano dos Santos; e do Sr. Presidente da Junta Comercial do Paraná, Marcos Sebastião Rigoni de Mello. O presidente da sessão concede a palavra ao senhor Walid de Melo Pires Sariedine, Presidente da Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal, por tempo regimental de vinte minutos para apresentação do currículo e pretensões no exercício do cargo de Presidente da Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal. O senhor Walid de Melo Pires Sariedine cumprimenta a Mesa e todos os participantes da audiência pública e discorre sobre sua trajetória profissional em órgãos governamentais, sindicatos e associações, além de empreendimentos comerciais próprios. Finaliza a apresentação enfatizando a maior conquista do Governador do Distrito Federal, de trazer a Junta Comercial para Brasília, pleito do setor produtivo há anos. O Presidente Reginaldo Sardinha concede a palavra ao vice-presidente da Comissão, Deputado Martins Machado, para fazer as indagações iniciais. Com a palavra, o Deputado Martins Machado pergunta sobre as inovações e práticas de gestão a serem implementadas na nova gestão, e as medidas que contribuirão para tornar a Junta Comercial mais ágil e eficiente. O senhor Walid de Melo Pires Sariedine esclarece o trabalho de digitalização das Juntas em ação conjunta com as demais juntas do país. E, em parceria com outros órgãos como a Sebrae Nacional, produzirá um banco de dados. Discorreu sobre o protocolo único, que consiste na tramitação do mesmo protocolo até a finalização do processo. Sobre os trabalhos já realizados, o senhor

Walid de Melo Pires Sariedine explicou que, em julho, comparado ao mês de janeiro deste ano, de setecentos e quarenta processos analisados e viabilizados, obteve-se mil trezentos e cinquenta e quatro, um maior número em julho. O Presidente Reginaldo Sardinha concede a palavra ao Deputado Roosevelt Vilela, que questiona sobre a influência do reajuste das tarifas dos serviços prestados pela Junta Comercial e a aplicabilidade desses recursos. O senhor Walid de Melo Pires Sariedine esclareceu que os valores foram reajustados na gestão anterior e que eram praticamente subsidiados pelo Governo Federal e que não havia condição de manter a autarquia superavitária da forma que estava. Afirmou que retornará, em noventa dias, à Câmara Legislativa do Distrito Federal com mais informações quando tiver a questão orçamentária e o escopo da Junta Comercial. O Deputado Roosevelt Vilela indagou sobre os mecanismos e as posturas para fomentar a classe empresarial do Distrito Federal, enfatizando o compromisso com a gestão e a relação próxima com o setor produtivo. Em resposta, o senhor Walid de Melo Pires Sariedine esclareceu sobre a tranquilidade com que vem realizando os trabalhos em conjunto com o Governador do Distrito Federal. O Deputado Roosevelt Vilela indaga sobre o plano de fomentar e subsidiar órgãos distritais como a Secretaria de Desenvolvimento Econômico com os dados gerados pela Junta Comercial, e, como resposta, foi informado a todos que a Junta já está em tratativas com aquela Secretaria e em formação de parcerias com o Sebrae – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, com a FAPDF – Fundo de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal, OAB – Ordem dos Advogados do Brasil, CRC – Conselho Regional de Contabilidade e o SESCON-DF - Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do DF. Afirmou ainda que, com o cadastro de todas as empresas, poderá monitorar a quantidade de empresas por segmento e oferecer às empresas serviço diferenciado segundo cada segmento. O Deputado Roosevelt Vilela prossegue questionando sobre o conceito de registro digital e o tempo para adequação no Distrito Federal. O senhor Walid de Melo Pires Sariedine explana que o registro digital consiste na tramitação *on line* de todo o serviço solicitado, otimizando tempo e baixando o custo de operacionalização do serviço. Em relação ao setor de cooperativismo, o Deputado Roosevelt Vilela questionou sobre a importância da representatividade da categoria no Conselho da Junta Comercial. Como resposta, foi exposto que a lei da Junta Comercial foi aprovada pela Câmara Legislativa do Distrito Federal, a importância do cooperativismo no país como solução no mundo todo de empregabilidade e a possibilidade de rever uma cadeira para o setor do cooperativismo pelo legislativo local. O Deputado Roosevelt Vilela agradece a explanação e informa a todos que protocolou um projeto de lei que acrescenta a vaga de vogal do sistema de cooperativismo. Foi registrada a presença do senhor Jamal Jorge Bittar, Presidente da FIBRA –

Federação das Indústrias do Distrito Federal pelo presidente da sessão, Deputado Reginaldo Sardinha, e foi passada a palavra ao Deputado Daniel Donizet fazer as suas indagações. Ele inicia questionando sobre a cobrança da emissão da Certidão Simplificada, o que onerou e burocratizou o serviço, assim como a emissão *on line* desse documento. O senhor Walid de Melo Pires Sariedine afirmou que a certidão é emitida de forma *on line* e a cobrança foi aprovada pelo vocalato anterior e que a burocratização não está na pauta de atividades da Junta Comercial. Foi pedida paciência aos deputados, e, na medida em que houver dotação orçamentária, ele poderá estruturar melhor a Junta e retornar à Câmara Legislativa do Distrito Federal com dados mais concisos. O Deputado Daniel Donizet prossegue questionando sobre a utilização e incorporação da Rede Simplex Digital para simplificar, acelerar e modernizar os processos. Senhor Walid de Melo Pires Sariedine responde que já utilizam esse sistema e explanou sobre o *modus operandi* adotado pelo vocalato e a eficiência da conclusão dos processos. O Presidente Deputado Reginaldo Sardinha passa a palavra ao Deputado Professor Reginaldo Veras, que questiona sobre a possibilidade da concessão de liberações e de documentações provisórias até a emissão da documentação definitiva e indaga sobre a estrutura futura da Junta Comercial, uma vez que os cargos são indicações políticas. Em resposta, senhor Walid de Melo Pires Sariedine esclareceu sobre o alcance do resultado exigido pelo Governador do Distrito Federal e sobre a qualificação do corpo técnico existente na Junta Comercial. O Deputado Prof. Reginaldo Veras sugeriu que a apresentação sugerida pelo senhor Walid de Melo Pires Sariedine na Câmara Legislativa do Distrito Federal seja feita na Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo. Foi registrada a presença do senhor Christian Tadeu, Diretor da Fecomércio; do senhor Athayde Passos, assessor de relações institucionais da Fecomércio e do senhor Guilherme Marconi Coutinho de Souza, Vice-Presidente da Junta Comercial da Paraíba. Passa-se a palavra ao Deputado Fábio Félix, que contextualiza sobre a importância do cumprimento da legislação, das visitas feitas pelo senhor Walid de Melo Pires Sariedine aos gabinetes parlamentares, e enfatizou a importância do projeto de criação de carreira ou adaptação ou reforma de alguma carreira existente no Distrito Federal para atuação na Junta Comercial, além da representatividade das mulheres em cargos públicos. O senhor Walid de Melo Pires Sariedine enfatizou a importância do trabalho laboral feminino, e sobre a quantidade de mulheres ser superior à dos homens. Além disso, agradeceu a todo o corpo técnico da Junta Comercial, que vem desenvolvendo os trabalhos com grande maestria. O Presidente Deputado Reginaldo Sardinha concede a palavra ao Deputado Leandro Grass. O orador relata sobre a mensagem recebida pelo senhor Rodrigo Silva a respeito da morosidade na obtenção de informações, questiona sobre o planejamento estratégico da realização de concurso público

para redução de cargos em comissão, as formas com que a Junta poderá desenvolver ferramentas para segmentos empresariais, a promoção da sustentabilidade, e solicitou a avaliação da qualidade do serviço que a Junta presta no Distrito Federal e de quais são os principais elementos que pensa em consertar e qualificar daquilo que o representante do setor produtivo já verificou ao longo dos anos, além dos principais problemas e a solução deles. O senhor Walid de Melo Pires Sariedine responde sobre a alteração do horário de abertura, do protocolo único e outras melhorias. Ressaltou que, apesar de os serviços oferecidos ir ao encontro da tecnologia da informação, os investimentos em gestão de pessoas ainda são o ativo mais importante na gestão. Assume a presidência o Deputado Martins Machado, que passa a palavra à Deputada Júlia Lucy. A parlamentar indaga sobre a substituição de pessoas da Junta Comercial sendo que a Lei Federal nº 13.833/2019 garantia que a Junta Comercial do Distrito Federal não teria ônus no pagamento de pessoal até o dia 31 de dezembro de 2019, sobre a qualificação profissional dos servidores nomeados, a origem desses servidores, citando como exemplo as administrações regionais do Paranoá, Itapoã, SIA, Santa Maria, Cruzeiro e Park Way, e os critérios utilizados para as nomeações desses servidores. O senhor Walid de Melo Pires Sariedine esclareceu que não demitiu nenhum servidor, pois cada um segue o caminho que há de trilhar, e ratificou que as indicações vieram todas do governo e ainda avaliou como importante a questão do perfil dos servidores. A parlamentar segue a sabatina questionando sobre o projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo para a criação de cargos e a realização do concurso público para provimento de cargos, o que foi respondido que ainda está em estudo. Ainda com a palavra, a Deputada Júlia Lucy questiona sobre impedimento de indicação, citando o exemplo de um servidor do Distrito Federal que tem cargo de dedicação exclusiva não poder ser indicado para vogal na Junta Comercial. O senhor Maxmiliam Patriota Carneiro esclareceu que a referida pessoa pedira exoneração do cargo e foi nomeada como vogal. Ainda não foi publicada a nomeação, porém a nomeação como vogal aconteceu depois da exoneração. Encerrados os questionamentos pela Deputada Júlia Lucy, o Presidente da sessão, Deputado Martins, concedeu a palavra ao senhor João Vicente Feijão Neto para apresentação curricular por vinte minutos. Após exposição curricular, pontuou as problemáticas enfrentadas pelos empresários, como o tempo e a burocracia. A presidência da sessão é devolvida ao Deputado Reginaldo Sardinha, que pergunta aos membros da Comissão de Constituição e Justiça e aos demais parlamentares presentes na sessão se há algum questionamento a fazer ao senhor João Vicente Feijão Neto. Não havendo orador, o presidente agradeceu a presença de todos e esclareceu o motivo de a audiência pública ser realizada após o recesso parlamentar e a urgência do Governador em fazer as nomeações. Não havendo mais nada a tratar, o Deputado

Reginaldo Sardinha encerrou a audiência pública às doze horas e vinte e quatro minutos. E eu, Patrícia Nogueira de Andrade Moraes, Secretária da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Legislativa do Distrito Federal, lavrei a presente ata, que, depois de lida e assinada pelo Presidente e demais membros desta Comissão, será enviada à publicação.

Deputado REGINALDO SARDINHA
Presidente da CCJ